

Investigação perde espaço para disputas políticas

LUIZA DAMÉ

A CPI do Orçamento chega ao seu final marcada por momentos em que os interesses político-partidários e regionais superaram as investigações. Na última semana, de olho na sucessão presidencial, o PDT tentou numa única cartada atingir dois dos principais adversários do governador Leonel Brizola na disputa do Planalto: o PT de Lula e o senador José Sarney. O líder pedetista, deputado Luiz Salomão, acusou o PT de ter feito um acordo com os sarneyzistas para não aprovar a convocação da deputada Roseana Sarney e assim evitar a instalação da CPI da CUT.

Mais uma vez, Salomão e o deputado Aloízio Mercadante travaram uma batalha, respectivamente, confirmando e desmentindo o acordo. A disputa pessoal entre os dois vem desde o início da CPI, mas ganhava intensidade nos depoimentos, quando cada um tentava ser mais incisivo nas inquirições. O PT e o PDT se caracterizaram dentro da CPI por atuarem individualmente, tentando conquistar maior espaço na imprensa.

Diligência — As brigas internas na CPI do Orçamento começaram logo na primeira semana de traba-

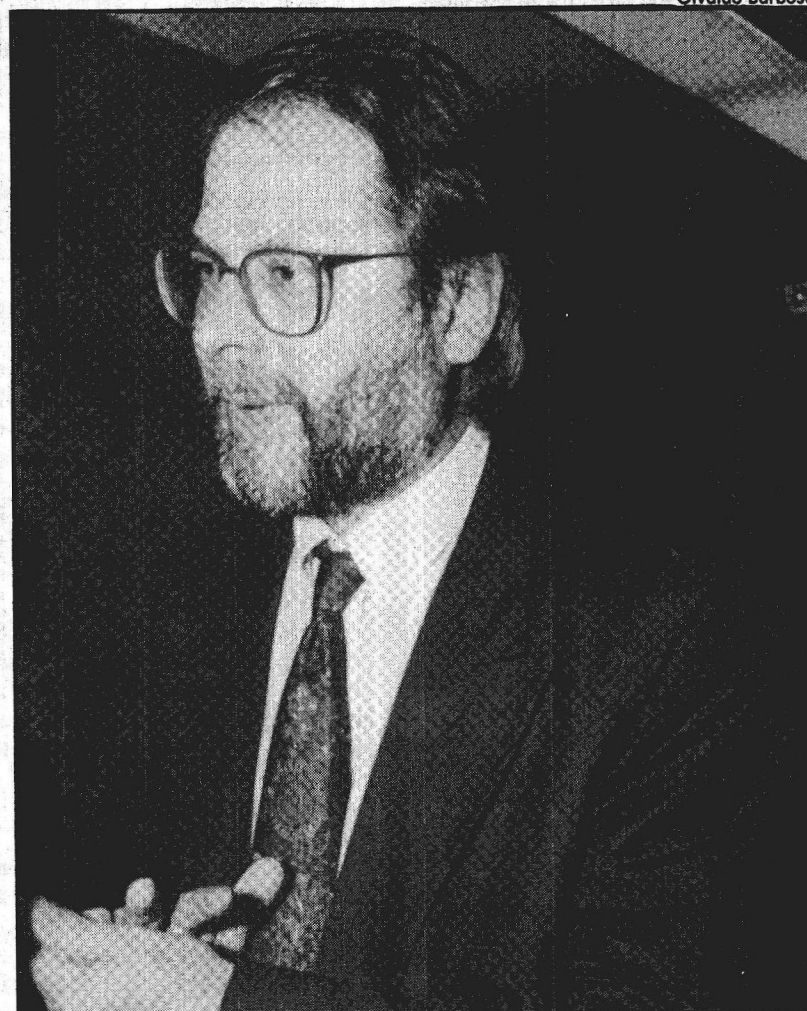
lho. O senador Gilberto Miranda insistiu numa diligência à casa do economista José Carlos Alves dos Santos, onde foram apreendidos reveladores documentos sobre o esquema de corrupção na Comissão de Orçamento. No final foi duramente criticado por divulgar informações não confirmadas ou explicadas. Miranda acabou isolado na CPI, apenas com a incumbência de defender posições do PMDB — função que dividia com o deputado Roberto Rollemberg e com o senador Cid Sabóia, mais preocupado em preservar o líder do partido, senador Mauro Benevides.

A convocação dos senadores foi outro momento de mal-estar na CPI. Os deputados começaram a reclamar porque as investigações estavam excluindo os senadores apontados por José Carlos Alves dos Santos e acusavam o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho, de corporativismo. O senador Ronaldo Aragão foi o primeiro a ser convocado e acabou complicando-se ao explicar sua atuação na presidência da Comissão de Orçamento e na liberação de recursos públicos para a Fundação J.R. Aragão.

Estrelas — Enquanto as investigações atingiram pessoas de menor expressão dentro dos partidos, a

CPI trabalhou livremente. Porém, quando as estrelas começaram a ser atingidas vieram as reações, em especial do PMDB e do PFL, que organizaram verdadeiras tropas de choque para proteger líderes, como o senador Mauro Benevides, a deputada Roseana Sarney e o senador Alexandre Costa. Benevides respondeu às dúvidas por escrito, Roseana não foi convocada e Alexandre Costa foi ouvido por um grupo da CPI.

As disputas regionais também chegaram aos limites da CPI do Orçamento. No nono depoimento à comissão — do deputado Manoel Moreira —, o deputado José Dirceu acabou travando com ele uma discussão de interesse do estado de São Paulo. O senador Mário Covas, quando viu que perdia espaço para seu adversário ao governo paulista — José Dirceu —, tratou de se integrar às investigações, substituindo o senador José Richa. No momento em que as denúncias respingaram sobre o GDF, o governador Joaquim Roriz — diretamente ou através do senador Pedro Teixeira — atacou os inimigos, principalmente os deputados Sigmaringa Seixas, Augusto Carvalho, Aloízio Mercadante e o senador José Paulo Bisol.



José Dirceu centrou os debates em torno de disputa regional



Passarinho: "Se fosse um batalhão, colocava alguns na cadeia"

40% da bancada do Piauí foram envolvidos

As investigações da CPI do Orçamento arrasaram com a bancada federal do mais pobre estado brasileiro: o Piauí. Dos 10 deputados piauienses, quatro foram envolvidos no escândalo da Comissão de Orçamento, inclusive o líder do PPR, terceiro partido no Congresso, deputado José Luiz Maia. Além de Maia — que não conseguiu explicar a origem de seu patrimônio —, também foram investigados os deputados Paes Landim (PFL), Jesus Tajra (PFL) e Mussa Demes (PFL).

A bancada baiana na Câmara é a que tem maior número de deputados sob suspeita — sete. No entanto, proporcionalmente o índice é inferior ao Piauí, pois a Bahia tem 39 deputados, contra 10 do Piauí. Pernambuco e Rio de Janeiro igualmente possuem, cada um, quatro investigados, sendo que no Rio um é suplente — Feres Nader (PTB). Depois vêm Maranhão, Minas Gerais, São Paulo, Ceará e Rio Grande do Sul, com três envolvidos por Estado, incluindo senadores e deputados.

O partido mais afetado pela CPI foi o PMDB. Embora tenha a maior representação no Congresso, o PMDB — com 14 envolvidos — teve sob investigações os líderes na Câmara, Genebaldo Correia (sem chances de absolvição) e no Senado, Mauro Benevides (cujo depoimento escrito será entregue hoje), além do ex-presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, que deverá integrar a lista de cassados. O PFL vem em segundo, com 10, o PTB, com seis; e o PPR, com três e um expulso — o deputado João Alves (BA), apontado como o líder da Máfia do Orçamento.

As mulheres passaram praticamente incólumes à CPI do Orçamento. Somente a deputada Raquel Cândido (PTB-RO) deverá ter o mandato cassado, por desvio de recursos das subvenções sociais pelo Instituto Eva Cândido, presidido por ela e que homenageia a sua mãe. A deputada Lúcia Vânia (PPGO) foi citada entre os integrantes do núcleo de poder, mas a Subcomissão de Emendas atestou que contra ela não há acusações. Do outro lado, entre os investigadores também há somente uma mulher — a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ). (L.D.)